

Recebimento: 02/01/2017

Aceite: 27/08/2018

ECOSSOCIOECONOMIAS: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS AO OESTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ECO-SOCIOECONOMIES: ANALYSIS OF EXPERIENCES IN THE WEST OF THE UNITED STATES OF AMERICA

Carlos Cioce Sampaio¹

Isabel Jurema Grimm²

Liliane Cristine Schlemmer Alcântara³

Oklinger Mantovaneli Junior⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparativa de dez experiências com dimensões ecossocioeconômicas no território Oeste dos Estados Unidos da América. A metodologia se estrutura na revisão bibliográfica e documental, estudo exploratório e pesquisa de campo. As experiências possuem características híbridas em relação às modalidades ecossocioeconômicas, e classificam-se como de responsabilidade socioambiental corporativa, cooperativismo, gestão pública municipal, gestão de unidades de conservação, movimento sócio político, *città slow* e *ecovilages*. Os resultados sugerem que nas experiências norte americanas observadas existem uma correlação entre ação instrumental e substantiva, no entanto não reduzida à esfera da economia, quando esta apresenta concepção meramente mercantil, desconectada das outras dimensões da esfera da vida, bem viver e sustentabilidade. Conclui-se que a instrumentalidade da ação humana ainda persiste e se torna necessária na ocasião que se compreende a escala intergeracional. Ainda que as experiências sejam comparativas, constituem-se em territórios próprios, o que sugere que cada um possui gênese que lhe distingue.

Palavras-Chave: Mudanças climáticas. Desenvolvimento. Arranjos Institucionais. Arranjos Socioprodutivos.

Abstract

¹ Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau – SC, Brasil. E-mail: carlos.cioce@gmail.com

² Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professora do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul – ISAE, Curitiba – PR, Brasil. E-mail: isabelgrimm@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Regional (FURB). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá – MT. Brasil. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Sociologia (UNESP). Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau – SC, Brasil. E-mail: oklingerfurb@gmail.com

The objective of this article is to perform a comparative analysis of ten experiences with socio-economic dimensions in the western territory of the United States of America. The methodology is structured around the bibliographical and documentary review, exploratory study and field research. The experiences have hybrid characteristics in relation to the ecossocioeconomic modalities, and are classified as corporate socio-environmental responsibility, cooperativism, municipal public management, conservation unit management, socio-political movement, *città slow* and *ecovillages*. The results suggest that in the North American experiences observed there is a correlation between instrumental and substantive action, but not reduced to the sphere of economics when it presents a merely mercantile conception, disconnected from the other dimensions of the sphere of life, good living and sustainability. It concludes that the instrumentality of human action still persists and becomes necessary at the time when the intergenerational scale is understood. Although the experiences are comparative, they consist in unique territories, which suggests that each territory has genesis that distinguishes it.

Palavras-chave: Climate change. Development. Institutional Arrangements. Socioproductive Arrangements.

Introdução

No contexto dos grandes desafios da sociedade contemporânea, o processo de tomada de consciência universal da importância do meio ambiente para a qualidade de vida e para o desenvolvimento, tornou-se central. Entre os desafios destacam-se as mudanças climáticas, que manifestadas em diversas escalas de tempo e em parâmetros como precipitações e temperatura, devem-se a causas naturais. Contudo, após a revolução industrial houve aumento significativo no uso de carbono (carvão mineral, petróleo, e gás natural), que ao serem queimados liberam dióxido de carbono (CO₂) para atmosfera aumentando sua propriedade de reter calor, (IPCC, 2013; PBMC, 2014; MARENGO & MENDONÇA, 2007), contribuindo para o aquecimento global e, conseqüentemente, para as mudanças climáticas.

Assim, pode-se apontar a revolução industrial como geradora de mudanças em larga escala para a condição humana e do planeta, pois, da mesma forma como proporcionou enorme ruptura dos padrões de produção, da economia, das relações sociais e da noção do tempo, criou-se estrutura para o crescimento capitalista gerador de problemas ambientais de toda a ordem: econômica, ambiental, política, alimentar, energética e da ameaça das mudanças climáticas. Além deste aspecto, destaca-se que existem visíveis contradições entre o estilo de desenvolvimento predominantemente adotado pelos países e a sustentação deste pela natureza. Esta contradição se agrava ainda mais se for mantida a estratégia hegemônica de desenvolvimento por parte dos países chamados em desenvolvimento em relação aos países denominados desenvolvidos. O planeta não teria capacidade de carga para sustentar tal estilo de desenvolvimento em horizonte temporal ainda não claro, e tenderia a colapsar em suas dinâmicas, como na capacidade de fotossíntese (produção de oxigênio a partir da absorção de CO₂). Estaria em xeque também a resiliência, capacidade de regeneração de recursos e absorção de resíduos.

Portanto, diante das evidências de insustentabilidade do modelo desenvolvimentista, alternativas teóricas, como as propostas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, ganham força e derivações nas discussões acadêmicas. Dentre estas derivações, destacam-se as ecossocioeconomias, com enfoque metodológico-empírico, que “possibilita pensar o território a partir da rede de agentes sociais que atuam nele e que os resultados/impactos da governança/gestão desses transbordem para além das fronteiras territoriais (...)” (ALCÂNTARA & GRIMM, 2017, p. 126).

As ecossocioeconomias consistem em concepção pragmática, na qual experimentações surgem com diferentes gêneses, mas que apresentam alternativas de soluções engenhosas, no que se refere a tecnologias apropriadas ao local e ou arranjos institucionais e produtivos, associada a experiências territoriais contemporâneas podem ser caracterizadas tanto como mitigadoras quanto adaptativas as mudanças climáticas.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é realizar uma análise comparativa de experiências identificadas como de ecossocioeconomias em curso no território Oeste dos Estados Unidos da América, de maneira a avaliar sua capacidade de contribuir para que se possam ultrapassar os

limites estabelecidos pela racionalidade econômica vigente, em busca da sustentabilidade do desenvolvimento.

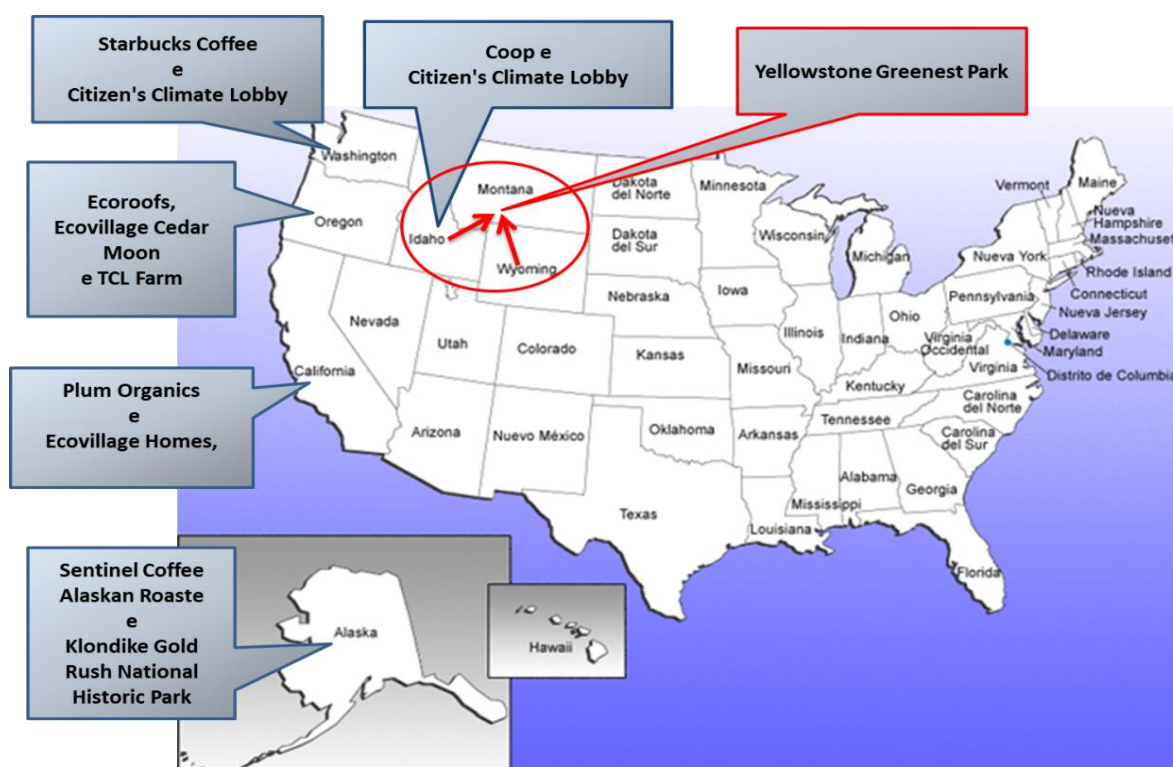
A metodologia com enfoque qualitativo e descritivo, estrutura-se na revisão bibliográfica e documental. Realizou-se também pesquisa de campo para análise de dez experiências caracterizadas como de modalidades ecossocioeconômicas, e classificadas como de responsabilidade socioambiental corporativa, cooperativismo, gestão pública municipal, gestão de unidades de conservação, movimento sócio político, *città slow* e *ecovillages*. A pesquisa foi desenvolvida nas seguintes organizações: *Yellowstone Greenest*; *Starbucks Coffee*; *Coop*; *Ecovillage Cedar Moon* e *TCL Farm*; *Plum Organics*, *Ecovillage Homes*, *Citizen's Climate Lobby*, *Ecoroofs*, *Sentinel Coffee*, *Alaskan Roast* e *Klondike Gold Rush National Historic Park*.

Método e materiais

Constituída como uma pesquisa qualitativa e descritiva, adota-se a interdisciplinaridade como perspectiva teórica e metodológica por entendê-la como a colaboração de duas ou mais disciplinas em torno de um problema comum. Tal proposta surge no âmbito de um conjunto de esforços, cuja problemática, para seu entendimento, necessita de articulação entre várias disciplinas em busca de um conhecimento que comporta para além do domínio unidisciplinar a colaboração de várias áreas conhecimento.

Em relação à coleta de dados, esta contou com pesquisa de campo iniciada em 2015, a partir do estágio de professor visitante, do primeiro autor, junto à *Washington State University* e à *DePaul University*. Em 2016 e 2017, as experiências foram pesquisadas e os dados coletados, por meio de e-mail, contato telefônico e busca no site das experiências. Em 2018 e 2019, os dados foram atualizados e as organizações revisitadas em seus sites. Embora as experiências da Califórnia não tenham sido visitadas, elas foram incluídas por considerar o estado estadunidense progressista quanto às boas práticas ecossocioeconômicas. Na delimitação espacial da pesquisa, esta ocorre nos estados americanos de *Washington*, *Califórnia*, *Idaho*, *Oregon*, *Montana*, *Wyoming* e *Alaska* (Figura 1).

Figura 1: Mapa político dos Estados Unidos da América, com destaque para os estados onde se inserem as experiências pesquisadas.



Fonte: Adaptado pelos autores, 2019.

As etapas metodológicas foram estruturadas em dois momentos: (a) Pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida fundamentalmente sobre mudanças climáticas, desenvolvimento, arranjos socioprodutivos e institucionais e ecossocioeconomia; (b) Etapa exploratória para identificar experiências de ecossocioeconomias, a partir de indicações de especialistas norte-americanos e brasileiros que trabalham com a temática ecossocioeconômica ou que dela se aproximam: desenvolvimento, sustentabilidade, mudanças climáticas, bem viver, economia ecológica e indicadores socioambientais. Após a seleção foram contatados informantes/gestores das respectivas experiências para responderem questionamentos. Para esta etapa contou-se com a colaboração de estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado e de pesquisadores de pós-doutorado no âmbito do Núcleo de Estudos em Ecossocioeconomia (UFPR/UP/FURB/ISAE/PUCPR), que auxiliaram na coleta dados e selecionaram as informações para posterior cruzamento e análise. As experiências foram descritas e analisadas a partir de um formulário qualitativo de coleta de dados (Quadro 1).

Quadro 1: Síntese das informações solicitadas no formulário qualitativo

Aspectos Gerais	Gênesis da Proposta	Ações desenvolvidas	Marcos do projeto (estratégias)
Nome e data de início do projeto, localização, órgão financiador, órgão coordenador, universidades que prestam assessoria, produções científicas a partir da experiência.	Problema que gerou a experiência, objetivo, método empregado, descrição do local (natural, cultural, social e econômica).	Ações executadas, resultados obtidos, impactos que ocorreram depois da implementação do projeto.	Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do projeto, arranjos institucionais e produtivos estabelecidos, propostas e intenções futuras, entidades locais e ou governamentais envolvidas com a proposta e suas contribuições.

Fonte: Os autores (2017, 2018).

A coleta também foi baseada em dados secundários obtidos por via eletrônica, de acesso público, plataformas institucionais das próprias experiências, documentos, relatórios de pesquisa, artigos, dissertações, teses entre outros documentos. As experiências e suas modalidades de ecossocioeconomias foram selecionadas por apresentarem em sua problemática principal, elementos que as aproximam, entrelaçam e se complementam podendo ser apontadas como alternativas de soluções engenhosas, no que se refere as tecnologias apropriadas ao local e/ou arranjos institucionais e produtivos que contribuem para adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Para análise do conteúdo, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Nesse sentido, as categorias: localização; modalidade da experiência; problemática principal; oportunidade, pontos fortes, ameaças e pontos fracos predominantes; design das organizações protagonistas; principais ações implementadas e seus resultados; arranjos institucional e produtivo constituídos e características predominantes; e indicadores de sustentabilidade servem para transformar as informações em dados que sejam interpretáveis e tenham significados conforme o objetivo da pesquisa. O cruzamento dos dados foi organizado em torno da categorização que consistiu em descobrir entre as experiências sua capacidade de contribuir para ações que promovem o desenvolvimento sustentável e a mitigação das mudanças climáticas.

O contexto do desenvolvimento e das mudanças climáticas

Considerada um desdobramento da crise ambiental, as mudanças climáticas podem ser um dos maiores desafios globais que a sociedade hodierna enfrenta. Esta crise, sob a ótica do aquecimento global, ganha visibilidade, a partir 1980, quando “a comunidade internacional foi alertada por estudiosos, sobre a destruição da camada de ozônio, situada a cerca de 50 km de altitude, que, como se sabe, protege o planeta da ação letal da radiação ultravioleta” (CONTI, 2005, p.71). A partir de então, imenso repertório de produções científicas e jornalísticas argumentam de que o uso dos combustíveis fósseis estivesse contribuindo para o aquecimento global. Neste contexto, algumas previsões do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas IPCC (2014), são classificadas como altamente confiáveis e com fortes evidências de acontecer. A publicação do Sumário para Formuladores de Políticas WGI AR5 reafirma que o aquecimento do planeta é “inequívoco”, a influência humana no aumento da temperatura global é “clara”, e limitar os efeitos das mudanças

climáticas vai requerer reduções “substanciais e sustentadas” das emissões de gases de efeito estufa (IPCC, 2014). No Sumário para Formuladores de Políticas Públicas (2018), reafirma-se que “as atividades humanas tenham causado cerca de 1,0°C de aquecimento global, acima dos níveis pré-industriais, com uma variação provável de 0,8°C a 1,2°C. É provável que o aquecimento global atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual” (p. 8).

Aspecto relevante da mudança climática, sob a ótica do aquecimento, é a abrangência global, tanto em suas causas como em suas consequências (IPCC, 2007) e, sendo uma problemática global, manifesta-se de maneira desigual nas mais diversas regiões do mundo (STERN, 2006). Países pobres deverão enfrentar as maiores consequências mesmo não sendo estes responsáveis pela maior parte de emissão de gases de efeito estufa (GGE). Entretanto, com perspectivas variadas, discordantes e antagônicas, há predominantemente duas posições bem demarcadas sobre as mudanças climáticas. Se de um lado, cientistas apontam que as mudanças seriam resultantes do processo de industrialização ocorrido no último século, de outro, encontram-se afirmações de céticos e/ou críticos posicionando-se de maneira alternativa ou contra hegemônica em relação às previsões, intensidade das mudanças, forma científica e política de como enfrentá-las e, principalmente, de que as mudanças climáticas sejam decorrentes de processos naturais, recorrentes ao longo da história do Planeta, sem que a participação humana seja significativa frente a esses processos (GRIMM, 2016).

Opiniões divergem, e inúmeras incertezas, pautam o cenário acerca da contribuição antropogênica no aumento da temperatura média do planeta. Interesses econômicos, políticos e ambientais das mudanças climáticas aquecem a arena na disputa da ciência com a política. Nesse momento, é cabível observar que as hipóteses sobre mudanças climáticas devem ser analisadas considerando-a como um fenômeno complexo, relativo, volátil e compatível com a experiência científica que acredita na “certeza da incerteza” (DEMO, 2000) e admite a importância do princípio da incerteza e da precaução.

Esforços ocupam a agenda das políticas públicas de boa parte dos países, com iniciativas concentradas em entender e desenvolver medidas de mitigação de emissões de GEE, buscando, desta forma, controlar seus efeitos sobre o incremento da temperatura média, ou tentativa de mantê-la em níveis aceitáveis. A criação de um mercado de carbono e de ações no plano internacional para facilitar a adaptação de populações em áreas consideradas de risco em países emergentes e ações de mitigação são considerados esforços para reverter os efeitos dos problemas resultantes do aquecimento global (FERREIRA *et al.*, 2010).

Sobre os cenários de mitigação dos impactos das mudanças climáticas apresentadas pelo IPCC (2014), estes passam pela redução das emissões de gases do efeito estufa e por investimentos em tecnologias capazes de sequestrar o carbono emitido. Da mesma maneira é preciso criar condições para que comunidades mundiais se adaptem aos novos fenômenos decorrentes da mudança do clima.

Por adaptação entende-se “tanto as mudanças tecnológicas introduzidas pelas mudanças climáticas como adequação das condições de vida em espaços urbanos afetados direta ou indiretamente pelo fenômeno” (PBMC, 2013, p.2). A adaptação deve envolver todos os setores produtivos, consumidores e governos no sentido de desenvolver estratégias e ações para diminuir possíveis danos, como para contornar consequências adversas ou criar oportunidades (PBMC, 2013).

É neste contexto que as experiências ora relatadas apresentam entre si e com o fenômeno das mudanças climáticas estreita relação. Todas buscam, em dado momento de seus objetivos, alternativas de dimensões econômicas, sociais e ambientais que possam colaborar para a mitigação das mudanças do clima global.

As ecossocioeconomias e a dimensão sustentável

O termo ecossocioeconomias⁵ é relativamente recente, não encontrando na literatura, conceitos e práticas que possam ser teoricamente replicados. Entretanto pode, a exemplo do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, ser considerada um campo de estudo em construção. Derivativo da obra de Karl William Kapp (1950), na qual trata sobre custos socioambientais das empresas, o que atualmente se denomina como externalidade, traz uma crítica à lógica de privatizar lucros de curto prazo e socializar custos socioambientais de médio e longo

⁵ Ver trabalho de Sachs (2007) organizado por Paulo F. Vieira, intitulado Rumo à Ecossocioeconomia.

prazo, além de relacionar esta visão com questões estruturais, como Estado, mercado e sociedade civil bem como suas sobreposições, tal como sugere a economia institucional.

A obra de Kapp (1950) é constituída a partir de um vai e vem entre teoria e experiências aplicadas. Ela fornece pontos de partida e um cenário coerente e orgânico para entender as estratégias e práticas relacionadas com o desenvolvimento econômico duradouro e compatível com o meio ambiente, com as necessidades e aspirações individuais e sociais. Ou seja, para pensar o desenvolvimento a partir dos pressupostos das ecossocioeconomias.

Neste ponto, as ecossocioeconomias, constituída como campo de conhecimento recente e interdisciplinar, é utilizada para denominar e demonstrar experiências em curso que evidenciam que é possível operacionalizar ou colocar em prática outra gestão e que resulte outro desenvolvimento, tal como sugerem Smith & Max-Neef (1991), no sentido de incorporar no processo de tomada de decisão a dimensão socioambiental, que na maioria das vezes possui predominância da lógica mercantil, como que a vida pudesse ser reduzida a mero cálculo econômico (SAMPAIO, 2015). Sob tal perspectiva, as experiências pesquisadas se aproximam da prática de outra economia parametrizada na sustentabilidade do desenvolvimento.

Pensar as ecossocioeconomias, é pensar nas práticas cotidianas que de acordo com Sampaio (2015) ocorrem no mundo da empiria das organizações, sejam em grupos produtivos (não necessariamente para resultar ganhos econômicos), empresas, associações (cooperativas inclusive), comunidades, povoados, onde os problemas e as soluções acontecem e nem sempre são devidamente qualificados. Trata-se, como exposto por Mancebo e Sachs (2015) e Kapp (1950), de uma teoria pensada partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano, e esta pode, de acordo com Grimm (2016), surgir de novos arranjos visando soluções aos problemas socioambientais ocorridos em dado território.

As ecossocioeconomias pressupõem que as experiências possuem uma teoria própria, a qual emerge das soluções engenhosas mencionadas anteriormente, mesmo porque se baseia em paradigma emergente, ainda que possua racionalidade remanescente do paradigma anterior. Entretanto, apesar de haver um esforço de compreensão de como sinalizar experiências de ecossocioeconomias a partir de indicadores (SAMPAIO, 2000), a tarefa se mostra complexa, no sentido de incorporar dados subjetivos, o que pode constituir maior dificuldade de mensuração. Além do que, quando a base de dados se refere, por exemplo, à escala comunitária, território pouco estudado, na prática dificulta ainda mais uma análise comparativa, que é uma das principais finalidades de um indicador. Quando estes existem, estão circunscritos ao município, estado e país (SAMPAIO, 2015).

Mas, peculiaridades à parte, ambas as abordagens têm como alicerces dois fatores indispensáveis ao desenvolvimento territorial sustentável: participação dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento e a consideração espaço territorial (em todos os seus aspectos) na definição do planejamento para o desenvolvimento, ou seja, a contemplação de problemas microeconômicos com soluções de base territorial, os quais perpassam pelas perspectivas da endogenia e autonomia das comunidades locais (ETZIONI, 2003; LAVILLE, 2003; YUNUS, 2011).

Arranjos de base territorial

A partir do exposto acima, surge o termo ecossocioeconomias das organizações, que possibilita pensar a viabilidade interorganizacional para tal proposta e a efetividade extraorganizacional para o território, além de relevar a chamada extrarracionalidade nos processos de tomada de decisão, que podem se constituir de saberes e práticas cotidianas bem compreendidas em dado território, mas que podem ser de difícil entendimento fora dele. Aproxima-se do que Polany (1983) denomina como dimensão tácita do conhecimento.

As ecossocioeconomias das organizações privilegiam os estudos que possibilitam a viabilidade macro (interorganizacional) e microeconômica (organizacional) de pessoas e grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de socioempreendimentos compartilhados (SAMPAIO, 2010), que buscam alternativas de desenvolvimento com vistas a diminuir a pegada de carbono dos processos produtivos.

Como anteriormente pontuado, as ecossocioeconomias não excluem as iniciativas individuais socioprodutivas, no entanto compreendem-se que as experiências paradigmáticas, ditas mais sistêmicas, com maior possibilidade de resultados consistentes e duradouros, são aquelas que estão estruturadas em arranjos institucionais e/ou socioprodutivos, ou que, ainda, Etzioni (2015) compreende por *the new normal*, quando sociedades passam por crises, podendo ser sociopolítica

(como o atentado de 11/Setembro/2001), socioeconômica (como a bolha imobiliária de 2008) e socioecológico (como as mudanças climáticas) ou, então, a combinação destas três vertentes, como se demonstra atualmente a crise em torno da Pandemia do novo Coronavírus, que a partir delas alteram-se padrões de conduta ou comportamento da sociedade.

É em torno dessas questões que as ecossocioeconomias surgem para que se possam compreender as experimentações que ocorrem no mundo da vida, nos territórios, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados (SAMPAIO, 2010) e replicados, ora que, constituem-se por vezes, como arranjos institucionais e socioprodutivos de base sustentável. Esses arranjos além de aumentar a capacidade de sobrevivência das pequenas empresas na economia de mercado, fomentam a criação de trabalho e renda próximos ao local de residência, promovem a diminuição do êxodo rural e o desenvolvimento local, fortalecem ações comunitárias, que, uma vez organizada, podem usar esta capacidade para alcançar outros objetivos. Ou seja, arranjos institucionais e socioprodutivos de base territorial podem desempenhar importante papel no fortalecimento de regiões urbanas ou rurais, sobretudo fragilizadas economicamente, estimulando o fortalecimento e diversificação de atividades complementares (GRIMM, 2016).

Os arranjos institucionais e socioprodutivos com enfoque territorial estimulam atores sociais a buscarem, nessa estratégia de desenvolvimento, a solução para situações locais, de ordem econômica, social e ambiental, colocando em prática projetos de desenvolvimento que contam com a participação comunitária. Essas experiências de acordo com Ortega (2014): “(...) têm como um de seus objetivos propiciarem a elevação da competitividade territorial nos circuitos econômicos regionais, nacional e internacional, aproveitando a sinergia cooperativa entre os atores e o ganho de escala que pode ser conquistado a partir de ações coletivas” (p.3). Diante disso, referem-se às ecossocioeconomias das organizações, na qual as iniciativas se entrelaçam, como arranjos, e onde há eminência de uma ação extraorganizacional, isto é, o agente organizacional relevando os impactos de sua ação sobre o entorno territorial (SAMPAIO, 2010). No sentido de acordos institucionais, pensados como acordos sociopolíticos e socioprodutivos de base comunitária, de maneira que gerem capital social⁶, sugere-se identificar os representantes das organizações que irão compor os acordos, a reunir e estimular as bases para pensar três diferentes ações: interorganizacionais, extraorganizacionais e extrarracionais (SAMPAIO 2010).

Tendo-se por base os princípios das ecossocioeconomias das organizações, sugere-se que a gestão de empresas, organizações públicas, organizações não governamentais, bem como o arranjo interorganizacional que é composto por esses três tipos de organizações devam ser pautados por critérios extraorganizacionais, no sentido de incorporar demandas socioambientais oriundas do território ao qual a interorganização está instalada; onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de consequências societárias, privilegiando as dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intraorganizacionais (para dentro da organização), cuja base se apoia em racionalidade econômica de cálculo de consequências apenas organizacional (SAMPAIO, 2015).

As ecossocioeconomias das organizações não têm a pretensão de ser uma nova base conceitual para se pensar outro modo de vida, como sugere o desenvolvimento sustentável. Porém, em que pese o fato de ser considerada uma teoria em construção, com quantidades reduzidas de produções científicas. Tem-se a ambição de encampar as ecossocioeconomias como contributivas para se pensar alternativas plausíveis às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, especialmente em nível territorial.

Resultados

Para analisar e discutir sobre as experiências pesquisadas é necessário destacar que embora essas, de maneira geral, apresentam características híbridas em relação às modalidades ecossocioeconômicas, elas baseiam-se em arranjos institucionais e socioprodutivos territoriais e possuem característica de cooperação entre as organizações que participam.

Em relação as organizações pesquisadas, estas são constituídas por fornecedores de insumos ou provedores de informação, produtores e distribuidores ou consumidores de produtos ou informações (Quadro 2), geograficamente próximos ou, então, com identidade, ideologia ou interesses socioeconômicos semelhantes, conectados no território, onde privilegiam uso de

⁶ Capital social é um recurso de ação comunitária de um dado território (COLEMAN, 1988).

tecnologias apropriadas, como promoção da saúde alimentar com produtos orgânicos, reuso e captação de água da chuva, coleta de resíduos sólidos e programas de educação ambiental.

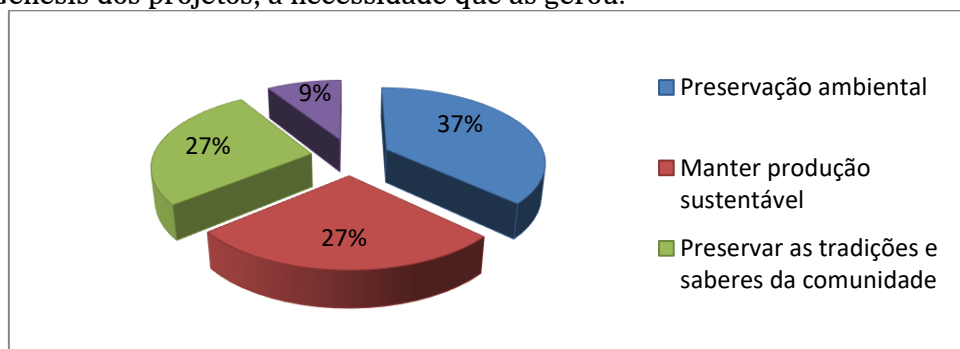
Quadro 2: Síntese das experiências analisadas

Nome Município/Estado	Modalidade	Práticas que as caracterizam
Yellowstone Greenest Park (Estados de Wyoming, Idaho e Montana)	Management of environmental conservation units	Gestão de unidades de conservação com impacto socioeconômico no meio urbano. Energia sustentável.
Starbucks Coffee (Seattle- Whashington)	Fair trade	Movimento que aproxima produtores com vulnerabilidade socioeconômica e consumidores conscientes. Responsabilidade social.
Coop (Moscow - Idaho)	Cooperative/ ecogastronomy	Cooperativismo, grupo associativo de indivíduos com finalidade socioeconômica. Educação
Ecovillage Cedar Moon e TCL Farm (Portland - Oregon)	Ecovillage	Associação Città Slow na qual promove cidades que primam o bem viver. Educação para a sustentabilidade.
Plum Organics (Emmerville - California)	Benefit corporation/ ecogastronomy	Privilegia a dinâmica produtiva alimentar a partir de um arranjo territorial que envolve cultivo de ingredientes típicos, receitas locais e consumo no próprio território
Ecovillage Homes (Davis - California)	Ecovillage	Ecovilages são assentamentos ou comunidades sustentáveis que conservam dinâmicas ecossistêmicas à escala humana, com significado de Bem Viver
Citizen's Climate Lobby (Moscow - Idaho) e (Pullman - Washington)	Social movement of environmental policy	Movimento sócio político relacionado aos impactos das mudanças climáticas
Ecoroofs (Portland - Oregon)	Apropriate technologies	Gestão pública municipal que desenvolve ações sistêmicas de drenagem urbana. Eficiência Energética.
Sentinel Coffee Alaskan Roast (Juneau - Alaska)	Social economics	Cooperativismo, grupo associativo de indivíduos com finalidade socioeconômica
Klondike Gold Rush National Historic Park (Skagway - Alaska)	Management of environmental conservation units	Gestão de unidades de conservação com impacto socioeconômico no meio urbano

Fonte: Os autores, 2018.

Essas experiências podem derivar ainda de uma rede de esforços, no caso de uma iniciativa privada com fins lucrativos, que possui em sua missão responsabilidade corporativa socioambiental, como *Starbucks Coffee*, privilegiando pequenos produtores, oriundos de localidades isoladas e de povos originários, garantindo preços de compra acima do que o mercado estabelece e privilegiando espaços de comercialização dentro de pontos de venda.

Em relação às motivações que originaram estas experiências (Gráfico 1) destacam-se preservação ambiental 37%, conservação da cultura local 27%, produção sustentável 27% e garantia da qualidade de vida de comunidades locais 9%.

Gráfico 1: Gênese dos projetos, a necessidade que os gerou.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

De maneira geral a problemática dos projetos analisados está correlacionada à dinâmica socioambiental dos territórios onde se inserem. Os dados sugerem que os problemas ambientais, entre eles as mudanças do clima, a necessidade de manutenção da qualidade de vida e do saber local partem da necessidade de contrapor à lógica mercantil de exploração dos recursos naturais.

A gênese das experiências está relacionada à criação de modalidades de ações sustentáveis de conservação ambiental e fortalecimento comunitário, que convergem para processos de construção coletiva que sobrepõem ao cálculo individual de benefícios.

O *design* institucional predominante nestas organizações é diversificado, destacando-se a associação comunitária e o cooperativismo (27%), como mais expressivos. Enumeram-se ainda organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, ambientais e empreendedorismo social. Embora muitas pareçam próximas, pode-se classificá-las dentro de dois grupos.

O primeiro de natureza comunitária (associação, cuja finalidade é social) e cooperativa (com finalidade econômica), ambas são organizações formais, com estatutos estabelecidos. Ressalta-se que uma Organização não Governamental se diferencia destas duas primeiras por terem objetivos sociopolíticos e os movimentos sociais e ambientais, por sua vez, se distinguem das Organizações não Governamentais por não serem formalizados. O segundo grupo é formado por empreendedorismo social que são iniciativas empresariais constituídas e que atuam no mercado.

A partir dos objetivos de cada uma das experiências foi possível uma análise macro ambiental identificando elementos que denotam fragilidade nos projetos. Como ameaças a continuidade das experiências destacam:

- Dependência de financiamentos externos e do voluntarismo como forma de trabalho estabelecido;
- Custos dos projetos e resistência da participação comunitária quando se desconhece os riscos decorrentes das mudanças climáticas em suas vidas;
 - Dependência da inovação centrada em quesitos tecnológicos;
 - Dificuldade de replicação de algumas abordagens;
 - Vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Por outro lado, são visíveis também em todas as experiências pontos fortes nos quais se destacam a qualidade das ações desenvolvidas visando à mitigação das mudanças climáticas e o cuidado na formação e capacitação para membros das comunidades que se relacionam com projetos.

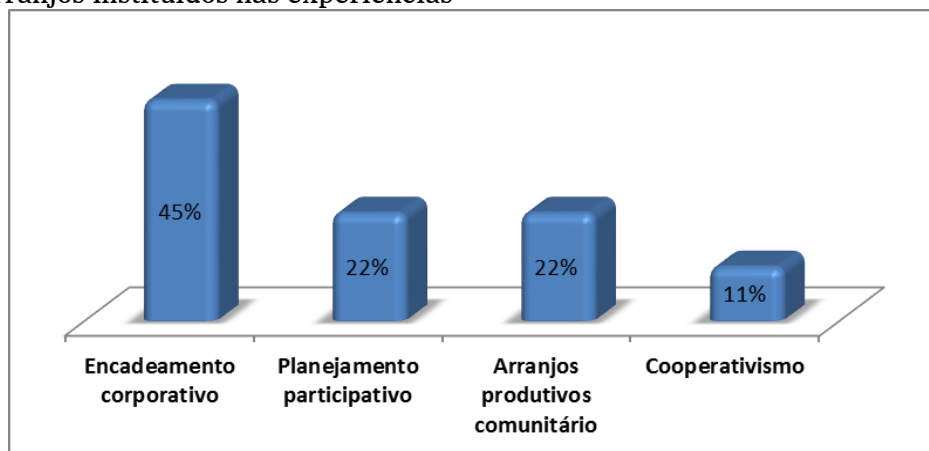
Ao buscar compreender como estas experiências se consolidam, observam-se fatores que permeiam a constituição de arranjos institucionais e socioprodutivos que compreendem a conjuntura macro ambiental que requer seu planejamento e gestão. As experiências (Gráfico 2) denotam em suas ações os princípios que podem ser apontados como determinantes para a sua realização.

Gráfico 2: Princípios determinantes presentes nas experiências.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os indícios de sustentabilidade que demonstram a qualificação dos projetos são difusos, o que impede representá-los em termos percentuais, ora se apresentam como medições de resultados ora se constituem como avaliações processuais. De toda forma são reconhecidas como principais resultados destas ações: redução do consumo de energia e água, o que sugere consumo consciente; valorização das tradições culturais e educação ambiental.

Os arranjos institucionais constituídos (Gráfico 3) para o desenvolvimento das experiências demonstram que os projetos na sua maioria possuem: encadeamento integrado corporativo no sentido de proporcionar governança ao arranjo instituído por grupos bem organizados e empresas; planejamento participativo conduzido por governo municipal; arranjos produtivos constituídos por grupos comunitários e sistema cooperativo com parcerias com pequenos agricultores, na qual sugerem senso de territorialidade e preservação de uma dinâmica socioeconômica própria.

Gráfico 3: Arranjos instituídos nas experiências

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De maneira geral os arranjos institucionais constituídos possuem as seguintes características predominantes: Centros de apoio educativos de práticas sustentáveis (45%); Desenvolvimento comunitário e cooperativo (33%); Parcerias com organizações não governamentais com credenciais qualificadas (11%) e; Apoio de voluntários (11%).

Ainda que cada uma das experiências possua características singulares originadas de seus territórios, originaram-se tecnologias sociais baseadas na formação de arranjos institucionais, caracterizadas como ação interorganizacional, quando se trata de demandar ações políticas por parte da sociedade civil perante as esferas de governo, executivo e legislativo, no tocante aos efeitos ocasionados pelas mudanças climáticas globais, como é o caso emblemático do *Citizen's Climate Lobby*. Trata-se da criação de *lobby* societário, no sentido de fortalecer esta esfera junto ao Estado e a iniciativa privada, quando a sociedade se dá conta de que sua demanda não foi atendida.

Além dos arranjos institucionais em termos de inovação, há o estabelecimento de arranjos socioprodutivos compostos por agentes que incorporam responsabilidade socioambiental e econômica, com intuito de dinamizar o território, o que sugere critérios extraorganizacionais, por

incorporam demandas socioambientais oriundas do território, ou seja, o agente organizacional atua para minimizar os impactos de sua ação sobre o entorno territorial.

É o que ilustra também os casos da *Città slow* e *Ecovillages*, aproximado do termo denominado economia de vizinhança, com finalidade comunitária, onde os agentes socioeconômicos - fornecedor, produtor e consumidor - estão geograficamente próximos e há predominância da relação de convivencialidade entre eles, não sendo reduzida apenas a esfera mercantil, tal qual apontava Ivan Illich (1973).

Ademais das inovações sociais, a tríade do turismo comunitário, responsável e sustentável, na qual se insere nos casos das *ecovillages* e apresenta elementos nos parques naturais, caracteriza-se também como oportunidade, na qual aproxima o consumidor, neste caso o turista solidário, voluntarioso e consciente, dos modos de vida das populações locais e das paisagens predominantes do território visitado. Quando uma cooperativa de alimentos, como a *Coop e Plum Organics*, incorpora em sua planilha de custos serviços como cursos de educação ambiental, orientação alimentar aos pais, melhoramento de técnicas de cultivo orgânico, programa de seguridade social para famílias socioeconomicamente vulneráveis, sugere como exemplo de cadeia produtiva que não se estabelece apenas comercialmente, mas também a partir de convivencialidade territorial. Cabe ressaltar que no território também predomina a extrarracionalidade, a partir do compartilhamento de saberes e códigos de conduta ética, pouco visíveis para quem não pertence a essa espacialidade.

Além das tecnologias sociais, oportunizam-se ainda tecnologias apropriadas, chamadas por Schumacher (1991) de tecnologias intermediárias, tais como o uso de telhado verde, captação de água da chuva, bioconstrução, como no caso *Ecoroofs* e a agricultura orgânica que reduzem a pegada ecológica. Sobre o *Ecoroofs*, em maio de 2018, o Conselho da Cidade de Portland adotou o Plano da Cidade Central de 2035, incluindo um requisito de telhados verdes ao Código de Zoneamento de Portland para novos edifícios com uma área líquida de construção com mais de 1.800m² (CIDADE DE PORTLAND, 2019). Estes requisitos de *ecoroof* são vistos como os mais rigorosos (se não o mais) dos EUA. No entanto, os edifícios obrigados a instalar o *ecoroof*, como parte do novo requisito, receberão isenções.

As boas práticas demonstradas nestas modalidades e que apresentam indícios de ecossocioeconomias se entrelaçam, se complementam e contribuem, ainda que de forma simbólica, para a mitigação de grandes problemas globais como as mudanças climáticas. Não se sabe ao certo se tais experiências poderiam ser replicadas em outros territórios, provavelmente não, no entanto não se tem a pretensão para tal. O que se sugere é a observação dos princípios, acima destacados, como elementos que podem sinalizar oportunidades, tendo visto que os saberes e o capital social que cada território possui lhe são próprios, peculiar, únicos de acordo com sua trajetória histórica. Algumas experiências são marcadas territorialmente por haver traços de maior associativismo, cooperativismo, empreendedorismo privado ou social, movimentos sociais políticos, entre outros. Cabe dizer que contribuem para construir uma enciclopédia do cotidiano, tal como sugere Ignacy Sachs (2007).

Considerações Finais

Diante do objetivo proposto de realizar uma análise comparativa de experiências identificadas como de ecossocioeconomias desenvolvidas no território Oeste dos Estados Unidos da América, foram identificados alguns pontos de convergências e divergências entre os projetos. Levando-se em conta que nos estudos comparativos ainda que se investiguem experiências consideradas da mesma modalidade de ecossocioeconomias, destaca-se que estes apresentam singularidades próprias. Nesse caso, as experiências investigadas se concentram em um território cujas situações possuem padrão socioambiental específicos e, portanto, muitas delas não podem ser consideradas como abordagens a serem replicadas em sua totalidade, mas como tendo elementos a serem observados.

Em relação à gênese das experiências, esta se relaciona com a preocupação socioambiental, em que as dinâmicas sociais estão interconectadas com as ecológicas tendo como base um território e uma territorialidade resultante do conjunto de relações socioeconômicas e culturais estabelecidas. Existe uma compreensão de que os problemas são complexos, sistêmicos e estão entrelaçados.

No que se refere às oportunidades, há indicações que a economia pode ser verde, ou seja, o meio ambiente também é oportunidade de fazer negócios, desde que sejam respeitadas as vocações territoriais, o que compreende as respectivas capacidades de carga de seus ecossistemas e as

tradições culturais estabelecidas, assim como os interesses sociais em torno de temas de natureza pública.

Diante que a Responsabilidade Socioambiental Corporativa suscita certa polêmica, sobretudo no que se trata dos limites entre as esferas do público e do privado, cabe ressaltar que empresas privadas que atuam em setores econômicos de natureza pública, consideram suas clientelas como demandantes por bens e serviços de interesse societário. Diferentemente daquelas que enquadram as pessoas como mero “consumidores”, restritos à esfera econômica. Em outras palavras, as pessoas são consideradas sujeitos de direitos, portanto, cidadãos. À vista disso, pode-se dizer que as organizações se enquadram na dimensão extraorganizacional, o que associado à Responsabilidade Socioambiental Corporativa, significa dizer que a experiência é vista como sendo de Ecosocioeconomia.

Nesse sentido, duas atividades de natureza pública se destacam: turismo sustentável e agricultura orgânica, que por sua essência trata-se de produtos territorializados, resultantes não apenas de processo mercantil, mas a partir de processo com identidade territorial, contendo substância própria. Por exemplo, agricultura orgânica, que ademais da preocupação com a comercialização de sua produção, há preocupação quanto à seguridade social, isto é, qualidade e disponibilidade do alimento para consumo. Enquanto o turismo sustentável sugere uma tomada de consciência quanto à dinâmica socioecológica, o que supera a funcionalidade instrumental da atividade econômica no consumo da natureza – como mero recurso – ou de modos de vida tradicionais – como a espetacularização da cultura.

Há, portanto, um deslocamento para critérios substantivos (sociais, políticos, morais, éticos e estéticos) em detrimento dos critérios da racionalidade econômica (eficácia, rendimento e desempenho). Nesse sentido, os arranjos socioprodutivos e institucionais estabelecidos nas experiências analisadas se configuram como ação interorganizacional com padrão substantivo territorial. O consumidor/usuário final, por sua vez, reconhece a identidade geográfica e valorativa ética do produto. Não há dúvida que este agente, quando supera seu papel meramente econômico, pode ser protagonista de maneira a influenciar a cadeia inteira, exercendo cidadania plena, planetária e intergeracional.

No que se refere à gestão e governança das experiências, embora haja dificuldades de estabelecer comparativo a partir de indicadores pelo fato de serem ainda incipientes, alguns são mais processuais e outros relacionados a resultados, estes sinalizam que há uma preocupação quanto à avaliação da experiência. Índícios apontam que em boa parte das experiências o enfoque educativo é elemento central para sua gestão e governança e estas estão conectadas à questão socioambiental.

Observa-se o predomínio do enfoque participativo quanto à consulta de problemas. Há presença tanto de trabalho voluntário quanto cooperativo na execução das ações. Há preocupação quanto à sustentabilidade financeira do projeto. Quando há financiamento do governo federal, sugere-se como ameaça, no sentido de dependência. Há enfoque territorial na compreensão da problemática bem como em sua solução, o que sugere que o território pode decidir o que deseja ser, grande ou pequeno.

A questão da mudança climática é tema recorrente nas experiências, mas não se sabe ao certo o quanto é fator determinante para existência da própria experiência, apenas observa-se a preocupação de que se deve contribuir para sua mitigação.

Por fim, os resultados sugerem que nas experiências norte americanas observadas existe uma correlação entre ação instrumental e substantiva, no entanto não reduzida à esfera da economia, quando esta apresenta concepção meramente mercantil, desconectada das outras dimensões da esfera da vida, bem viver e sustentabilidade. A instrumentalidade da ação humana ainda persiste e se torna necessária na ocasião em que se compreende a escala intergeracional. Ainda que as experiências sejam comparativas, apresentando padrões, como os sugeridos anteriormente, constituem-se em territórios próprios, o que sugere que cada território possui a gênese que lhe distingue. Assim, pela própria essência pragmática das ecosocioeconomias será possível saber o que é desenvolvimento sustentável quando realmente existir.

Agradecimentos

Thanks to the Fulbright-CAPES Visiting Scholar Program for providing a scholarship held at Washington State University in 2015.

Referências

ALCÂNTARA, L. C. S.; GRIMM, I. J. A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad** | Latin American Journal of Studies in Culture and Society. v. 3, n. 2, mai-ago., p. 121-144, 2017.

Benefit Corp. What is benefit corp? Retrieved April 20, from <http://benefitcorp.net/>, 2015.

Cidade de Portland. (2019) Central City Plan, Título 33, Planejamento e Zoneamento. (Ecoroofs). Disponível em: <https://www.portlandoregon.gov/bps/article/53363>. Acesso em janeiro de 2019.

Citta Slow City. About cittaslow organization. 2015. Retrieved April 20, from <http://www.cittaslow.org/section/association>.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, 1988.

CONTI, J.B. Considerações sobre as Mudanças Climáticas Globais. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, USP, vº 16, 2005, p.70-75.

DELVILLE, P. L., GREGOIRE, E., JANIN, P., KOECHLIN, J. & RAYNAUT, C. **Societies and nature in the Sahel**. Oxford and New York: Routledge, 2002.

Ecovillage. **What is an ecovillage?** 2015. Retrieved April 20, from <http://gen.ecovillage.org/en/projects>.

ETZIONI, A. Communitarianism. In: CHRISTENSEN, Karen; LEVINSON, David. **Encyclopedia of community: from the village to the virtual world**, v.1, A-D. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2003, p. 224-228.

[ETZIONI, A. The new normal: finding a balance between individual rights and the common good.](#) Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2015.

Fair Trade. *About fair-trade*. 2015. Retrieved April 20, from <http://www.fairtrade.net/about-fairtrade.html>.

FERREIRA, L. C. *et al.* **Governando as Mudanças Climáticas em Cidades Costeiras Brasileiras: Riscos e Estratégias**. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

GRIMM, I.J. **Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2016, 250p.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, (IPCC). *Climate change 2013: the physical science basis* (GT I). New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. Summary Policymakers, 2014. Disponível em: <http://www.climatechange2013.org/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. Sumário para Formuladores de Políticas (2018). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

ILLICH, I. **Tools for conviviality**. New York: Harper & Row, 1973.

[KAPP, K. W. Social costs of private enterprise.](#) Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1950.

- LAVILLE, J. L. A new European socioeconomic perspective. **Review of Social Economy**, v. 61, n.3, Sep., 2003.
- MARENCO, J. A. Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil. **Fundação Brasileira para o Desenvolvimento sustentável – FBDS**, 2007, 76p.
- MANCIBO, F.; SACHS, I. (ed.). **Transitions to sustainability**. Dordrecht, Heidelberg, New York, London: Springer, 2015.
- MENDONÇA, F. Aquecimento global e suas manifestações regionais e locais. **Revista Brasileira de Climatologia**, n. 2, p. 71-86, 2007.
- PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PBMC. Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário Executivo do GT2. PBMC, Rio de Janeiro, Brasil. 2013, 28 p.
- ORTEGA, A.C. Desenvolvimento territorial rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento **Campo-território**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.
- POLANY, M. **The tacit dimension**. Gloucester (Mass.): Peter Smith. 1983.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, C. A. C. **Cities and solution**: urban ecossocioeconomics. Pullman, Washington: Washington State University, Fulbright Foundation, 2015. Report.
- SAMPAIO, C. A. C. (org.). **Gestão que privilegia uma outra economia**: Blumenau, SC: Edifurb, 2010.
- SAMPAIO, C. A. C. Sigos: strategic organizational management for sustainable development *In*: First international conference on urban regeneration and sustainability: The Sustainable City, 2000, Rio de Janeiro - RJ. Southampton and Boston: Wit press - wessex institute of technology, p.13-19, 2000.
- SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful**: economics as if people mattered. New York: Random House, 2011.
- [SMITH, P. B.; MAX-NEEF, M. **Economics unmasked: from power and greed to compassion and the common good**](#). Cambridge: Green Books, 2011.
- STERN, Nicholas. **Stern Review on the Economics of Climate Change**. Cambridge University Press. 2006.
- YUNUS, M. **Building social business**: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: Public Affairs, 2011.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.